



Revista Brasileira de Comércio Exterior

Ano XXXVII

155

Abril, Maio
e Junho de
2023

A revista da FUNCEX

Internacionalização de EMPRESAS

Diversificação de EXPORTAÇÕES

Formação de TRADERS



FUNCEX



fundação
centro de estudos
do comércio
exterior

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

EDITORIAL**2 Opções para Transformar, Inserir e Internacionalizar***Antonio Carlos da Silveira Pinheiro***ENTREVISTA****4 Carlos Carreiras***Presidente da Câmara Municipal de Cascais***COMENTÁRIO INTERNACIONAL****6 Ainda bem que eles, os bancos centrais, existem***George Vidor***INOVAÇÃO****8 Huawei completa 25 anos no Brasil e mostra o poder da transformação digital para a sociedade***Atilio Rulli***PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES****10 Sugestões para uma política de diversificação de exportações***Miguel Lins***16 Economia baseada em serviços e intangíveis. Por que o Brasil está ficando para trás?***Lisandro Vieira***23 Formação de *traders* para o século XXI no Brasil para expandir a presença das empresas comerciais exportadoras***Felipe Fortunato***TRADE FINANCE****30 Apertem os cintos... minha debênture sumiu!***Sergio Margutti***34 Proex – Novas Mudanças***Miriam Edelman Kovacs***DESAFIOS A ENFRENTAR****36 Indústria sucroenergética: prioridades e desafios na agenda governamental de 2023***Jacyr Costa Filho***40 Capacitar empresas e conquistar o mercado internacional***Gislaine Carrijo***42 Notas sobre a incidência e mudança tributária***Adalgiso Fragozo Faria***46 Gestão pública global e a importância das relações sólidas e constantes entre organizações internacionais: um estudo de caso do Mercosul e da União Europeia***Augusto Moutella Nepomuceno***49 O Brasil e o G-20***Paulo Protásio***PRÁTICAS DE COMEX****50 A arte da negociação com chineses***Henry Uliano Quaresma***54 *Turnaround* na Exportação: o caso Avibras***Jorge Sabione Neto***INTERNACIONALIZAÇÃO****60 Strategic Reinvention for International Markets***Ian Pallister e Tiago Grandi*

Ainda bem que eles, os bancos centrais, existem



George Vidor

George Vidor
é jornalista e economista

Nos primórdios do Banco Central do Brasil, quando o câmbio ainda era inteiramente controlado e não havia sido adotado o mecanismo de minidesvalorização da moeda, o presidente da instituição ficou atônito ao ser informado, por jornalistas, que companhias de saneamento tinham solicitado ao governo reajuste nas tarifas de água após o anúncio de um ajuste na cotação do dólar em relação à moeda brasileira da época (já nem lembro qual era).

Existia alguma relação direta entre o câmbio e as tarifas de água? Os custos dessas companhias de saneamento estavam atrelados a importações ou a exportações? Tais empresas estavam muito endividadas em moeda estrangeira?

Na verdade, naqueles tempos existia uma sensação generalizada de que a variação do câmbio se refletia quase que imediatamente na inflação doméstica. A cotação do dólar servia de baliza para a determinação de preços em uma economia como a brasileira, abundante em monopólios e oligopólios, e pouco exposta à concorrência. Outra baliza era o preço da gasolina. “Subiu a gasolina, vai subir tudo”, dizia-se corriqueiramente.

Muita coisa mudou na economia brasileira (e na economia mundial, com o processo de globalização) desde então. Um esforço bem-sucedido de estabilização monetária nos livrou, com o lançamento do Plano Real, de uma inflação aguda e crônica, que atormentara a maioria dos brasileiros por décadas. O protecionismo continua sendo um mal, mas nem de longe o comércio internacional hoje se parece com aquele dos anos 1970 e 1980. Um fenômeno assolador sacudiu o comércio: a transformação da antiga China maoísta em uma espécie de fábrica do mundo, impulsionada por investimentos privados inicialmente em zonas econômicas especiais.

A expansão das transações financeiras em ritmo bem mais acelerado do que o crescimento das trocas de mercadorias e da prestação de serviços também tornou tudo mais complexo no que se refere à inflação. E aprofundando esse processo, surgiu o euro, uma moeda única – e não sob a forma de algum metal valioso, como na Antiguidade – por adesão de diversos países que compõem o maior bloco econômico da face da Terra, a União Europeia.

No entanto, essencialmente o controle da inflação permanece sendo feito por políticas públicas voltadas para equilibrar demanda e oferta. Sim, já que todas as iniciativas para se revogar a mais importante lei da economia, a da procura e da oferta, foram em vão.

No passado, os bancos centrais agiam sobre a oferta de crédito via instrumentos como o encaixe compulsório (parcela de depósitos à vista que obrigatoriamente era recolhida a seus cofres) e o redesconto (empréstimos aos bancos).



Os mercados financeiros se sofisticaram com a multiplicação de ativos, e não é possível agir sobre o crédito apenas com olhos atentos ao volume de papel-moeda em circulação e ao montante de depósitos à vista no sistema bancário. Muitos especialistas em teoria monetária chegam a desprezar a velha teoria quantitativa da moeda ($M.V = P.T$), pela qual se deduzia que o volume de moeda em circulação era o determinante no nível de preços de uma economia.

Seja como for, os bancos centrais mantêm nas mãos uma poderosa ferramenta, que é a taxa básica de juros. Como os bancos centrais podem, em tese, comprar e vender ativos financeiros, sem limites, têm o poder de arbitrar essas taxas. Chegando até mesmo a caminhar em direção contrária à que os governos resolvem percorrer na execução dos orçamentos, gastando, por exemplo, bem mais do que deveriam.

As taxas básicas de juros não são determinantes de tudo o que acontece nas economias. Porém, sem dúvida, influenciam fortemente fluxos de capitais, decisões de investimentos, formação de estoques. E, o que talvez seja mais relevante, as expectativas em relação ao futuro, imediato e de longo prazo.

É justo conceder esse poder quase divino aos bancos centrais? Com algumas travas, certamente que sim, como tem demonstrado a experiência internacional. Os seus dirigentes geralmente têm mandatos definidos, com tempo para terminar. Esse poder quase divino é

exercido de maneira colegiada, com base em critérios técnicos, evitando-se a politização. Sem autonomia, os bancos centrais não conquistam suficiente credibilidade, necessária para que suas iniciativas tragam resultados mais rápidos sobre as expectativas dos agentes econômicos. Quanto mais rápido isso ocorrer, menos dolorosos podem ser os remédios aplicados para se alcançar os objetivos desejados. Sim, porque mesmo autônomos os bancos centrais não podem agir, e nem deveriam agir, de maneira aleatória, sem planejamento. Precisam ter missões, objetivos predefinidos. O regime de metas de inflação foi adotado em várias economias desde a década de 1990, e vem sendo bem-sucedido como forma de conciliar o conjunto de políticas governamentais à ação dos bancos centrais. No Brasil as metas são estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, no qual o presidente do Banco Central tem somente um dos três votos. Dois votos são dados por ministros nomeados pelo presidente da República.

A inflação baixa é fundamental para a manutenção do poder aquisitivo da população. Amplia os horizontes de uma economia e, com isso, é um dos fatores capazes de estimular investimentos, crescimento, geração de emprego e renda. Políticos costumam acusar os bancos centrais de falta de sensibilidade social. Como, se a missão deles é essencial para o desenvolvimento econômico, sem o qual não há possibilidade de se resolverem os problemas sociais?

Isso não quer dizer que os bancos centrais devem ficar imunes a críticas. Podem tomar decisões equivocadas porque seus dirigentes são seres humanos que não têm bola de cristal e estão sujeitos a erros. As críticas contribuem para dar às autoridades monetárias a necessária dose de humildade de que precisam para aceitar e corrigir os rumos quando ficam aquém ou vão além de onde deveriam ir.

“

Sem autonomia, os bancos centrais não conquistam suficiente credibilidade, necessária para que suas iniciativas tragam resultados mais rápidos sobre as expectativas dos agentes econômicos

”